

ATENDIMENTO DE URGÊNCIA A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Julia Grasieli Origuela¹, Andressa Carolina Tomassoni Nascimento¹, Bruna Lopes Souza¹, Mariana Cunha Ferreira¹

¹Graduanda em medicina, Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais

(juliaoriguela510@gmail.com)

INTRODUÇÃO

A violência sexual contra a mulher é uma situação prevalente no Brasil e requer que o atendimento inicial de emergência integre procedimentos técnicos à condutas humanizadas, seguido por orientações sobre contracepção, medidas profiláticas e de abortamento, em conformidade com as leis e decretos já estabelecidos. Entretanto, muitos profissionais não estão capacitados para exercer essa postura e acabam por agravar a situação delicada vivida pelas vítimas, o que comumente reflete em não adesão aos tratamentos e piora de quadros físicos e psicológicos (BATISTETTI *et al.*, 2020).

Uma parcela significativa de mulheres violentadas decide não buscar atendimento em razão do despreparo da equipe de saúde, na medida que os cuidados se baseiam na lógica biomédica e carecem de meios de comunicação assertiva que conceba conexão entre os serviços de saúde, a fim de acolher e assistir a vítima. Com isso, a gestão em saúde convive com o desafio de prover políticas públicas mesmo diante das subnotificações. Dessarte, o estudo exposto tem como objetivo detectar e orientar acerca do papel central de uma boa conduta diante de mulheres vítimas de violência sexual que busquem por atendimento emergencial, considerando a necessidade de suprir a literatura científica sobre o tema e seu impacto social (FRANCO *et al.*, 2022).

OBJETIVO

Elucidar questões que concernem aos atendimentos de emergência decorrentes de episódios de violência sexual no Brasil, a fim de orientar profissionais acerca de uma conduta adequada em acolhimentos médicos em tais situações.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, na qual as pesquisas foram coletadas nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scielo. Fez-se uso dos descritores booleanos em português: (“Violência Sexual”) AND (“Atendimento”) AND (“Urgência”).

Foram incluídos estudos com textos integrais disponíveis em língua portuguesa publicados entre os anos 2015 e 2022. Foram utilizados 8 artigos que abordam atendimentos médicos de urgência em situações de violência sexual. Foram excluídos artigos com abordagem exclusiva de aspectos legais de crimes sexuais, temas centrados nas particularidades emocionais/psicológicas das vítimas, textos com foco em violências

não sexuais e artigos com data de publicação que ultrapassassem 10 anos. Os estudos foram filtrados inicialmente com base na análise do título, seguida pela observação das datas de publicação e resumos e, por fim, pela leitura do texto na íntegra.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A violência sexual contra mulheres é muito recorrente no Brasil e no Mundo desde os primórdios das civilizações, e suas consequências e repercussões abrangem vários âmbitos da vida da vítima, podendo deixar sequelas tanto físicas quanto psíquicas - passíveis de prejudicar estudos, trabalho e relacionamentos futuros (DELZIOVO *et al.*, 2018). Partindo do pressuposto de que uma parte considerável dessas mulheres procura os serviços de emergência após sofrerem a agressão, conclui-se que é necessário que a equipe de saúde esteja preparada para lidar com esse tipo de situação, sendo capaz de oferecer um atendimento eficiente e humanizado para a vítima, de modo que as sequelas supracitadas possam ser, ao menos, minimizadas (ANDRADE *et al.*, 2018; BATISTETTI *et al.*, 2020).

A partir da análise dos artigos selecionados, pode-se concluir que o atendimento emergencial às mulheres vítimas de violência sexual deve contar não só com procedimentos técnicos, mas também com apoio psicológico, para que o acolhimento se dê da melhor maneira possível. Considerando que uma parcela das mulheres que sofre esse tipo de violência não procuram os serviços médicos por medo de serem julgadas ou ridicularizadas, é necessário que os profissionais estejam capacitados para, primeiramente, reconhecer a violência e serem capazes de dialogar com a paciente de maneira clara, sem constrangê-la, de modo a deixá-la o mais confortável possível. É importante ressaltar que o acolhimento deve ser feito sem emitir julgamentos, por meio de um atendimento humanizado, e que o sigilo sobre as informações prestadas deve ser mantido (BATISTETTI *et al.*, 2020; DELZIOVO *et al.*, 2018).

Quanto aos procedimentos técnicos a serem realizados, deve-se oferecer à vítima a contracepção de emergência e a profilaxia contra ISTs (HIV, hepatites virais e outras IST). Ambas as medidas têm maior eficácia caso sejam administradas até 72 horas após a violência sexual, logo, o atendimento deve ser realizado o mais rapidamente possível, porém sempre respeitando a vontade da vítima, sem pressioná-la, tendo em vista o estado psicológico em que se encontra (ANDRADE *et al.*, 2018; DELZIOVO *et al.*, 2018). É de suma importância que tais procedimentos sejam realizados, já que os danos à saúde física e mental da vítima aumentam ainda mais em casos de gravidez indesejada e de infecção por IST - e, ainda assim, constatou-se que ao menos a contracepção de emergência nem sempre é oferecida em decorrência de preconceitos e crenças dos próprios profissionais (DREZETT *et al.*, 2022; ANDRADE *et al.*, 2018).

É necessário, ainda, que caso seja de vontade da paciente denunciar a violência posteriormente, seja fornecido o atendimento pericial para que ocorra a devida coleta de material biológico que comprove a agressão para a justiça. Além disso, é fundamental que seja feito o encaminhamento da vítima para outras unidades de saúde como Unidades Básicas de Saúde, policlínicas, Centros de Atenção Psicossocial, ambulatoriais, entre outros, para que ela seja devidamente assistida em seu processo de recuperação (ANDRADE *et al.*, 2018; DELZIOVO *et al.*, 2018).

Ademais, é imperativo que seja preenchida a Ficha de Notificação Compulsória de Violência Interpessoal/ Autoprovocada para fins epidemiológicos, permitindo que o Estado tenha os dados necessários para traçar políticas públicas que combatam a violência sexual contra mulheres - ainda que tenham sido identificadas dificuldades sobre seu preenchimento, como a necessidade de uma vasta coleta de informações de uma paciente que, no momento, se encontra fragilizada (SOUSA *et al.*, 2015).

CONCLUSÕES

A partir disso, espera-se orientar os profissionais de saúde acerca da conduta adequada a ser tomada com pacientes vítimas de violência sexual, haja vista que esse atendimento deve ser feito com acolhimento, escuta ativa e discrição. Ademais, torna-se importante tratar sobre a necessidade epidemiológica da notificação compulsória de violência interpessoal/ autoprovocada, apesar das dificuldades que podem ser encontradas durante a coleta desses dados. Com o preenchimento dessa ficha políticas públicas podem ser traçadas a fim de que situações de violência sexual deixem de ser tão corriqueiras como atualmente.

Por fim, o estudo ressalta os direitos que a vítima tem ao dar entrada no serviço de urgência e emergência, seja em relação à contracepção de emergência, às profilaxias contra ISTs e/ou ao tratamento adequado para a situação.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Andrade RP, Tizzot EL, Medeiros JM, Barwinski SL. **Atenção à vítima de violência sexual**. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo); 2018. (Protocolo Febrasgo – Ginecologia, nº 44/Comissão Nacional Especializada em Endoscopia Ginecológica).
<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/03/1052444/femina-2019-481-49-53.pdf>

Batistetti LT, Lima MCD, Souza SRRK. **A percepção da vítima de violência sexual quanto ao acolhimento em um hospital de referência no Paraná**. Rev Fun Care Online. 2020 jan/dez; 12:169-175. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.rpcfo.v12.7191>.

Delziovo, Carmem Regina et al. **Violência sexual contra a mulher e o atendimento no setor saúde em Santa Catarina – Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2018, v. 23, n. 5 [Acessado 25 Janeiro 2023], pp. 1687-1696. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.20112016>>. ISSN 1678-4561.
<https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.20112016>.

Deslandes, Suely Ferreira et al. **Atendimento à saúde de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, em quatro capitais brasileiras**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2016, v. 20, n. 59 [Acessado 25 Janeiro 2023], pp. 865-877. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0405>>. Epub 15 Ago 2016. ISSN 1807-5762.
<https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0405>.

Drezett J, Torres MM, Oliveira R, Barbosa CP. **Atendimento de urgência de mulheres grávidas em decorrência de violência sexual: características e tendências observadas em 20 anos**. Femina. 2022;50(8):498-504. <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/10/1397880/femina-2022-508-498-504.pdf>

Fonseca, Cinthia Neves. **Análise dos atendimentos a mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo em uma unidade hospitalar** [manuscrito]. Belo Horizonte: 2021. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem. Disponível em:
<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/06/1371153/dissertacao-final-cinthia-neves-fonseca-03-12-21.pdf>

Franco JM, Lourenço RG. **Assistência de enfermagem prestada às mulheres em situação de violência em serviços de emergência**. Rev. Eletr. Enferm. [Internet]. 18º de janeiro de 2022 [citado 25º de janeiro de 2023];24:68266. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1353289>

Sousa, Maria Helena de et al. **Preenchimento da notificação compulsória em serviços de saúde que atendem mulheres que sofrem violência sexual**. Revista Brasileira de Epidemiologia [online]. 2015, v. 18, n. 1 [Acessado 25 Janeiro 2023] , pp. 94-107. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/1980-5497201500010008>>. Epub Jan-Mar 2015. ISSN 1980-5497.
<https://doi.org/10.1590/1980-5497201500010008>.

Palavras-chave: Abuso sexual. Manejo. Emergência
Área temática: Urgência e Emergência